



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2016.0000518929

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 1003256-78.2015.8.26.0269, da Comarca de Itapetininga, em que é apelada JESSICA FERNANDA BUENO SANTOS TEIXEIRA (JUSTIÇA GRATUITA), são apelantes TIMOTEO RODRIGUES (JUSTIÇA GRATUITA) e JONAS CORREA GABRIEL (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em 27ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores CAMPOS PETRONI (Presidente sem voto), DAISE FAJARDO NOGUEIRA JACOT E MOURÃO NETO.

São Paulo, 26 de julho de 2016.

ANA CATARINA STRAUCH

RELATOR

Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

RECURSO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC DE 1973

Apelação Cível nº: 1003256-78.2015.8.26.0269

Apelante: JONAS CORRÊA GABRIEL

Apelada: JESSICA FERNANDA BUENO SANTOS TEIXEIRA

Juiz de 1ª Inst.: Aparecido César Machado

Foro: Itapetininga - 2ª Vara Cível

Valor da Causa: R\$ 82.467,49 (fl. 10)

VOTO Nº 5.614

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO INDENIZATÓRIA – ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO – Confissão do corréu, condutor do veículo, admitindo expressamente a culpa pelo sinistro – Insurgência limitada aos valores da condenação – Cabível a redução da quantia arbitrada a título de ressarcimento pelos danos materiais, com base nos importes cujos gastos foram efetivamente comprovados – Igualmente justificada e adequada a redução da indenização pelos danos morais – Ausência de sequelas, apesar das lesões – Critérios de proporcionalidade e razoabilidade - Sentença reformada – RECURSO PROVIDO.

Vistos.

A r. sentença de fls. 153/155, cujo relatório se adota, nos autos da AÇÃO INDENIZATÓRIA ajuizada por JESSICA FERNANDA BUENO SANTOS TEIXEIRA, julgou parcialmente procedente o pedido, condenando os réus JONAS CORRÊA GABRIEL E OUTRO, solidariamente, ao ressarcimento do dano material em R\$ 3.667,49, corrigidos a partir da propositura da demanda, além do pagamento de indenização pelos danos morais, no valor correspondente a trinta salários mínimos na data da prolação do julgado, com correção monetária da mesma data. Fixou, ainda, os juros de mora de 1% a.m. a contar da citação, bem como condenou os demandados ao pagamento das custas, despesas processuais e verba honorária, arbitrada em 10% do valor da condenação, observada a justiça gratuita.

Apela o corréu JONAS CORRÊA (fls. 158/162).
Reitera a confissão concernente à sua culpa pelo acidente de trânsito, contudo se insurge quanto aos valores da condenação. Postula, assim, a redução das quantias compreendidas nos danos materiais e morais.

Contrarrazões apresentadas às fls. 165/168.

Subiram os autos para julgamento.

É o relatório.

Inicialmente, vale registrar que esta decisão colegiada se restringe à matéria devolvida ao Tribunal, a teor do art. 515, *caput*, do CPC.

Com efeito, compulsando os autos é possível constatar que, no dia 12/01/2015, o corréu/apelante JONAS CORRÊA, ao conduzir automóvel de propriedade do corréu TIMÓTEO RODRIGUES, então utilizado para realização da atividade de táxi, ocasionou acidente de trânsito, vitimando, dentre outras pessoas, a autora/apelada que, no momento do sinistro, era levada como passageira.

Socorrida por ambulância e encaminhada ao hospital (fls. 19/28), a demandante apresentou fraturas pelo politrauma, de acordo com a certidão de sinistro (fl. 30): *“traumatismo craniano encefálico, contusão na região lombar e escoriações diversas”*.

E, diante disto, foram prescritos por médico os medicamentos especificados nos receituários de fl. 38 e respectivamente comprados pela recorrida, nos moldes dos cupons e nota fiscais acostados às fls. 40/42, cujas quantias, somadas, totalizam R\$ 269,81.

Ora, referidos gastos efetivamente despendidos com as medicações prescritas por conta exclusiva das lesões físicas sofridas pela apelada, em virtude do acidente automobilístico, são hábeis a provar concretamente o dano material a ser devidamente ressarcido pelos réus, respeitada a regular solidariedade imposta pela sentença.

Nesse contexto, mantidos os critérios de juros e correção fixados pelo Juízo *a quo*, os elementos probantes insertos aos autos indicam que, de fato, como sustentado nas razões de apelação, o valor da condenação arbitrada a título de ressarcimento pelos danos materiais há de ser reduzido, de modo a abranger somente o importe comprovado, qual seja aquele relacionado nos cupons e nota fiscais de fls. 40/42.

Isto porque, a sentença faz alusão a “salários impagos” (fl. 154), no entanto a autora/recorrida instruiu a exordial com cópia da CTPS (fls. 15/18), que indica, na data de 18/08/2014, a anotação de contrato de trabalho temporário, para atendimento da necessidade transitória de acréscimo extraordinário de serviço, tendo a prestação do trabalho temporário se encerrado em 12/02/2015 face ao término da necessidade transitória que motivou a contratação.

Veja-se, o encerramento do trabalho temporário, considerado como fato isoladamente provado, não é apto a ensejar a afirmação da real ocorrência de “salários impagos” como consequência do acidente de trânsito e das lesões que dele decorreram, motivo pelo qual descabe imputar aos réus a responsabilidade pelo “ressarcimento” de supostos valores oriundos de salários do trabalho temporário encerrado.

Superado este ponto, no que diz respeito à indenização por danos morais, tem-se que a quantia arbitrada a este título merece igualmente ser reduzida.

Apesar do laudo de fl. 116, elaborado por perito do Instituto Médico Legal um mês após o acidente, ter concluído que “a vítima sofreu lesões corporais de natureza GRAVE, pela incapacidade para as atividades habituais por mais de 30 dias e complementar após alta médica para as demais”, a demandante deixou de demonstrar posteriores e contínuos reflexos negativos derivados diretamente do sinistro, tais como sequelas permanentes, impassíveis de reversão e limitadoras.

Por isso, uma vez que a sentença foi prolatada em 01/12/2015, ocasião em que o salário mínimo era de R\$ 788,00, infere-se a desproporção, *in casu*, da indenização pelos danos morais, a partir do momento em que o Magistrado de Primeiro Grau norteou a condenação em 30 salários mínimos, o que perfaz o importe de R\$ 23.640,00, sem o acréscimo dos consectários legais.

Não se nega o verdadeiro abalo e sofrimento experimentados pela apelada devido o acidente causado pelo apelante, contudo o valor da indenização correlata deve ser, sobretudo, embasado nos critérios da adequação, razoabilidade e proporcionalidade, de modo que não haja enriquecimento indevido a qualquer das partes envolvidas.

Ressalte-se que no presente caso o recorrente, a despeito de ter sido o culpado pela colisão que acarretou ferimentos físicos e angústia à recorrida, permaneceu no local do acidente e prestou o auxílio que lhe era possível, bem como, em Juízo, desde o início do feito, logo na contestação (fls. 55/60), assumiu expressamente sua culpa e não tentou se esquivar de sua responsabilidade, somente se insurgindo no que tange aos valores, comportamento este compatível com a boa-fé e decoro.

Desta feita, igualmente mantidos os critérios de juros e correção previstos na sentença, justifica-se a redução do valor da indenização por danos morais, sendo apropriada a quantia de R\$ 13.000,00.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Portanto, consideradas as peculiaridades do caso em tela, aliadas às provas dos autos, é de rigor a reforma da sentença, para a redução dos valores das condenações fixadas como ressarcimento dos danos materiais e indenização pelos danos morais, permanecendo a sentença, no mais, inalterada.

Por esses fundamentos, DOU PROVIMENTO AO RECURSO.

ANA CATARINA STRAUCH
Relatora
(assinatura eletrônica)

trr